

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional

Senhor Embaixador da República Federativa do Brasil

Senhor Conselheiro da Embaixada da República de Cabo Verde, em
representação do embaixador da República de Cabo Verde

Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas

Senhores Reitores e Vice-Reitores

Senhores Doutores, Caros Estudantes e Funcionários

Minhas Senhoras e Meus Senhores

1. A pré-temporada e o regresso às aulas

Pelo interesse que desperta como factor de mobilização de toda a comunidade universitária e pela importância que assume para os jovens que pela primeira vez ingressam numa Universidade – e para as suas famílias, o regresso às aulas é o quase inevitável tema de abertura de uma cerimónia cujo objectivo é, justamente, o de o celebrar. Este carácter de renovação, que confere à Universidade a sua eterna juventude, mais condicente com a Primavera mas que ocorre, normalmente, num momento em que a Natureza já se agasalha com as cores quentes do Outono, e que este ano mais se aproximou da rigorosa estação, não tanto pela inclemência do tempo mas pela inclemência dos homens, este carácter essencial de cíclica renovação apela, irremediavelmente, a um ponto de situação, a uma reflexão sobre os nossos objectivos estratégicos, sobre o enquadramento em que desenvolvemos a nossa acção, perspectivando a partir daí, as orientações que hão-de conduzir os nossos passos no ano escolar que agora se inicia e que, no caso presente, não se antevê fácil. O carácter tradicional de um protocolar relatório de actividades será assim preterido, uma vez mais, mas mais ainda do que tenho o hábito de fazer, em favor de um texto de reflexão política universitária. Os documentos e os números que cumprem essa outra função poderão ser encontrados na página *web* da Reitoria e nomeadamente numa nova brochura que se pretende periódica e que se edita pela primeira vez este ano: a UC em números.

Mas vamos por partes. As minhas primeiras palavras são para dar as boas-vindas aos novos alunos da Universidade de Coimbra que uma vez mais acorreram à chamada, preenchendo em larga medida as vagas disponíveis. Pelo segundo ano consecutivo, a Universidade de Coimbra consegue integrar-se, com as Universidades do Porto e Técnica de Lisboa, no grupo das três universidades que preenchem, percentualmente, maior número de vagas, sendo a única deste grupo que não beneficia da proximidade de uma grande bacia demográfica de recrutamento. Depois de completado o processo de matrículas, este ano reformulado para corresponder às expectativas dos novos alunos, simplificando procedimentos e adoptando uma postura de aproximação ao utente que deve ser um objectivo de qualquer administração pública moderna, um contingente de cerca de 3000 estudantes entrou, pela primeira vez, na Universidade de Coimbra. Para eles vão os nossos pensamentos e os nosso esforços. Tudo faremos para corresponder à sua preferência e para que o seu trabalho venha a ser bem sucedido.

2. Reflexões sobre o acesso

2.1. Evolução da oferta educativa. Os novos cursos

As instituições de ensino superior (Universidades e Politécnicos) têm procurado compensar a perda de alunos em determinados áreas, criando novos cursos. Este procedimento de adaptação à evolução da procura não teria nada de condenável não fora a circunstância de que, na falta de uma regulação nacional que só o Governo tem competência para produzir, rapidamente se impôs a imaginativa

composição de nomes e designações apelativas, a criação de licenciaturas de banda estreita, quando não ultra-especializadas, determinada unicamente por razões de natureza concorrencial, em instituições que não estão, por vezes, preparadas para as leccionar. Acresce que o vazio legal quanto à diferenciação entre ensino universitário e ensino politécnico e a possibilidade de atribuir o mesmo nome a formações diferentes e nomes diferentes a formações iguais têm contribuído para aumentar a confusão dos alunos e dificultar as suas escolhas. No contexto complexo em que decorre este jogo e no período limitado de tempo em que todos os anos ele se joga, a atitude da Universidade de Coimbra tem sido sóbria, séria e bem sucedida. Os cursos criados nos últimos anos representam já cerca de 15% do número total de estudantes admitidos, sendo este valor de 45% na Faculdade de Letras. É-me igualmente grato constatar que as licenciaturas mais recentes ocupam, no contexto das 55 licenciaturas da Universidade de Coimbra, lugares de destaque quanto à nota do último colocado. Estes resultados positivos têm que ser tidos em consideração no processo de permanente reflexão que vimos mantendo sobre a evolução das nossas áreas de intervenção e sobre o carácter e abrangência do ensino que queremos ministrar. Pensar que podemos tomar as nossas decisões independentemente do que se passa à nossa volta é errado. Fazê-lo no actual contexto, significaria, por exemplo, reduzir para metade o número de alunos da Faculdade de Letras, e ainda pior, seria condená-los a eles a uma preparação de inferior qualidade. A Universidade de Coimbra deve assumir o seu papel propondo, como tem feito, medidas de racionalidade e de seriedade. Quando elas forem adoptadas, seremos os primeiros a felicitar-nos e a respeitá-las. Entretanto, não podemos ser os únicos a cumpri-las.

2.2. Licenciatura e pós-graduação

Com a oferta educativa tão dispersa ao nível da licenciatura, preferindo os estudantes frequentar, até poderem, escolas mais próximas do local de residência familiar, a Universidade de Coimbra tem vindo a alterar a composição orgânica do seu corpo discente, diminuindo marginalmente a sua capacidade de captação de alunos de licenciatura e reforçando-a aos níveis da pós-graduação. Por efeito conjugado destes dois factores, está já a acontecer em algumas das nossas áreas científicas que o número de alunos dos Programas de pós-graduação, Mestrado e Doutoramento ultrapassa, por ano, o da licenciatura. Longe de encarar esta situação com dramatismo, devemos pelo contrário considerá-la a evolução normal de uma escola madura, aproveitando a oportunidade para diferenciar pela qualidade, reforçando o papel central da investigação científica, a caminho de uma grande Universidade de investigação. No seu conjunto, a Universidade atingiu em 2004/2005 um número recorde de pós-graduações, Mestrados e Doutoramentos concluídos - 517, que representa cerca de 16% do total de diplomas do ano, contra apenas 6% em 2000/2001. Esta tendência tem sido sempre crescente nos últimos anos e é minha intenção continuar a sustentar esse crescimento.

O prenúncio de uma nova realidade e de novos equilíbrios faz-nos concluir que o hábito que mantemos de avaliar a importância dos nossos grupos disciplinares, cursos ou departamentos, pelo número dos seus alunos de licenciatura, tem os dias contados. A organização pedagógica terá que ser revista, bem como a

afecção de recursos docentes entre a licenciatura e a pós-graduação. Não somos coerentes, por exemplo, quando limitamos o acesso de alunos de pós-graduação de qualidade enquanto lamentamos a diminuição da procura ao nível da licenciatura. Também aqui, um vasto campo de reformas, pedagógicas mas sobretudo conceptuais, se abre à nossa frente.

2.3. Qualidade e atractividade

Uma das reformas que pode constituir, em Coimbra, um importante factor de vantagem relativa é a contabilização das actividades de formação extra-curricular no âmbito da entrada em pleno funcionamento do Suplemento ao Diploma. Ser capaz de valorizar o envolvimento desportivo, cultural, associativo ou institucional dos estudantes é um objectivo que interessa à AAC, como factor adicional de atracção de jovens e à própria Universidade que, pela diversidade das actividades que pode proporcionar, tira partido das suas especificidades e se reforça em termos absolutos e relativos.

Neste como em todos os campos, nada do que nos pode diferenciar positivamente deverá ser descurado. Assume, por isso, uma grande importância, o alargamento do parque residencial universitário, para proporcionar boas condições de acolhimento a estudantes deslocados e a docentes ou investigadores visitantes, a qualidade da nossa restauração universitária de que tanto nos orgulhamos, a oferta de boas condições para a prática desportiva e para o envolvimento em actividades culturais, a atenção que temos dado ao apoio social e ao reconhecimento do mérito. A este propósito vale a pena recordar que somos

a única Universidade portuguesa que garante a redução de propinas para o valor mínimo aos estudantes com uma capitação de rendimento inferior a 550 euros mensais e também a única que atribui bolsas de mérito, de valor equivalente à diferença entre a propina mínima e a máxima aos melhores alunos de cada curso, em número que se aproxima das cinco centenas. Iniciámos este ano, através do Instituto de Investigação Interdisciplinar, um programa próprio de bolsas de doutoramento que chegará, dentro de três anos, a um número de 40 bolseiros em permanência. Igualmente com Receitas Próprias, iniciámos um Programa de incentivo à internacionalização, que permitiu aumentar em cerca de uma centena, começando no ano lectivo passado, as experiências de mobilidade dos nossos estudantes de graduação.

2.4. Abandono escolar

A análise dos números permite-nos afirmar que o abandono está esmagadoramente ligado à falta de aproveitamento escolar. 62% dos alunos de licenciatura que abandonaram o curso, sem o concluir, no final de 2003/2004 não tinha feito nenhuma cadeira durante todo o ano lectivo. A percentagem sobe para 77% se juntarmos os que tinham feito apenas uma ou duas cadeiras. 89% deles tinham já mais de cinco inscrições. Algumas das causas profundas do insucesso estão fora da Universidade e nomeadamente nos níveis de preparação básica e secundária, onde, aliás, ele é ainda mais preocupante. Mas a constatação de que há causas que nos transcendem não nos dispensa de fazer aquilo que está ao nosso alcance e depende exclusivamente de nós. É, pois, nesta via que é

necessário actuar. A Reitoria vai mobilizar todas as Faculdades num vasto programa de combate ao insucesso escolar que, sem ultrapassar a autonomia científica e pedagógica estatutariamente consagradas, procurará identificar os maiores estrangulamentos e encontrar vias alternativas de organização pedagógica que os consigam desfazer.

Os números mostram ainda um aumento de abandonos em 2004/2005 superior em cerca de 350 unidades relativamente à evolução previsível de anos anteriores. A análise comparativa das séries permite afirmar que essa incidência se faz uma vez mais, em esmagadora medida, sobre os alunos que não obtiveram sucesso no ano anterior. Por outras palavras, o efeito do aumento das propinas e da obrigação de as pagar é o de não deixar perpetuar situações de insucesso e deste ponto de vista, é apenas a antecipação dos mecanismos de prescrição, igualmente previstos na Lei. O estudante tem agora mais dificuldade em tomar a decisão de se manter no sistema, e de pagar para isso uma importância que já não é simbólica, se não conseguir um mínimo de êxito nos seus estudos. Desta conclusão decorre, uma vez mais, a percepção, de que é sobre o combate ao insucesso que devemos centrar a nossa atenção.

A consciência da importância e sensibilidade deste problema levou o Senado da Universidade de Coimbra a aprovar em Outubro de 2004, sob minha proposta, a criação de um Fundo de Apoio Social ao Estudante através do qual foi possível criar um escalão de apoio adicional, em complemento aos seis escalões em que se divide o acesso ao apoio social do Estado. O facto de apenas um terço da

verba disponível ter sido mobilizada para este fim, estando a restante a garantir a continuação dos estudos a jovens que subscreveram o Plano diferido de pagamento de dívidas atrasadas, nomeadamente os provenientes dos PALOP, e que estão a ter dificuldades evidentes em cumprir os respectivos compromissos, permite-nos garantir que o aumento do valor das propinas não está a ser um factor importante de abandono escolar. Afirmo, com a convicção e a certeza de quem acompanhou de muito perto este problema, que nenhum aluno de licenciatura com aproveitamento mínimo no seu percurso escolar deixou de se inscrever, no presente ano lectivo, na nossa Universidade, por dificuldades de natureza económica.

Esclarecer definitivamente estes pontos e não deixar que interpretações abusivas ou baseadas em dados incorrectos, ainda que bem intencionadas, possam dar uma imagem distorcida da realidade universitária, parece-me igualmente importante para afirmar a Universidade de Coimbra como instituição *engajada*, socialmente comprometida, cúmplice dos problemas dos seus estudantes e procurando para eles, como nenhuma outra, as soluções possíveis e justas.

Em contraponto aos episódios pequenos que, em momentos de fraqueza – e quem os não tem? - me têm trazido dúvidas sobre se valerá, realmente, a pena, o esforço dispendido, faço do que realmente conta, dar aos estudantes de Coimbra um nível de apoio social que não encontrariam em mais nenhuma universidade portuguesa, uma questão de princípio e uma razão de peso para a minha acção.

2.5. Episódios estudantis

Também por isso, lamento que a vida da nossa Universidade tenha sido marcada, nos últimos tempos, por episódios espúrios que não só não se enquadram, a meu ver, na tradição de luta da sua Academia pelos valores da liberdade e da democracia, como até podem constituir fortes argumentos contrários à gestão democrática e participada das Universidades.

Candidatei-me ao cargo de Reitor apresentando um quadro de princípios e um programa que representa o meu compromisso e foi sufragado pela grande maioria dos três corpos da Universidade. Como todos sabem, é um compromisso com a Universidade, e só com a Universidade.

Ao enfrentar hábitos e práticas instaladas e interesses estabelecidos, sabia que poderia desencadear reacções desagradáveis. Entendi e entendo, porém, ser meu dever não fugir às responsabilidades e aceitar as incomodidades do cargo para que fui eleito, actuando de acordo com os ditames da minha consciência, em defesa dos interesses da Universidade de Coimbra e dos valores que constituem o seu precioso património moral.

Colocado perante situações-limite, tomei decisões que representaram para mim uma enorme violência, apesar de o ter feito em plena paz de consciência, cumprindo um indeclinável imperativo de cidadania, na defesa de valores que estão muito para além da minha comodidade pessoal.

Apesar das circunstâncias adversas, a porta do meu Gabinete esteve sempre aberta, no limite das minhas disponibilidades, para todos os membros da

comunidade universitária e nomeadamente os estudantes, cujos dirigentes recebi sempre que fui solicitado e que frequentemente chamei, para com eles analisar problemas e dificuldades da AAC, com o propósito de ajudar a solucioná-los, o que muitas vezes aconteceu.

Assim fiz e assim vou continuar a fazer.

Dentro deste espírito, ouvidos os órgãos de governo de todas as unidades orgânicas e os representantes da AAC, entendi que não estavam reunidas, no dia 19 de Outubro, as condições necessárias para realizar com dignidade a Abertura Solene das Aulas. A evolução das circunstâncias levou-me a concluir que era chegado o momento de o fazer. Da minha parte, é a afirmação do direito que assiste à Universidade de realizar as suas cerimónias estatutariamente consagradas, de confirmar o seu prestígio e de criar no seu seio um ambiente de sã convivência democrática, de espaço aberto de opinião no respeito pela liberdade dos outros.

Gostaria, é claro, que todos partilhassem este meu sentimento e que todos nos encontrássemos na defesa da nossa Universidade, como Universidade pública, plural, livre e democrática. Porque é disto que se trata.

2.6. A pré-temporada

O quadro que apresento sobre os acontecimentos que marcaram este início de ano não estaria completo se não me referisse igualmente à pré-temporada.

Em clima de evidente diminuição de procura, é importante reflectir sobre o crescendo de agressividade mediática que tem caracterizado a actuação das várias instituições. Como numa corrida, cada uma tenta encontrar o melhor posicionamento para o tiro de partida, nem que seja à custa de uma ou outra cotovelada que o árbitro, que não existe, nunca vê. Fazem-se campanhas publicitárias cada vez mais milionárias, com conteúdos cada vez mais enganadores. Mentos brilhantes? Minto! Definitivamente se percebe que a concorrência entre Universidades não pode compensar a falta de uma política nacional para o sector.

A tudo isto veio, este ano, juntar-se, como que por acaso no momento em que os jovens tomam as suas decisões e fazem as suas escolhas, a polémica publicação de um novo ranking das Universidades, baseado no número de publicações, elaborada numa base duplamente enganosa: porque partiu de dados falsos e porque utilizou uma metodologia incorrecta. Do tratamento apressado e incompetente de indicadores mal construídos, feito por comentaristas que, com o futebol no defeso, descobrem súbita vocação para questões universitárias, logo resultaram notícias de caixa alta a garantir a venda de papel. Presta-se um mau serviço, mas isso que importa? Já o jornal está vendido e já alguém encontrou a sua conta. No meio da confusão até houve quem afirmasse que as Universidades têm receio de ser avaliadas.

3. Autonomia e avaliação

O episódio tem, no entanto, o mérito de chamar a nossa atenção para a tremenda importância dos processos de avaliação nas sociedades modernas, e para a responsabilidade social das universidades numa matéria na qual, talvez mais do que em qualquer outra, devem dar o exemplo e mostrar os caminhos do futuro.

Avaliar e ser avaliado faz parte do dia-a-dia das nossas instituições. A prová-lo, se fosse necessário, estão o processo de avaliação da qualidade das unidades de investigação universitárias, promovido pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia - comumente considerado como um dos factores mais decisivos para a constituição de um sistema científico nacional de qualidade, e o processo de avaliação pedagógica dos cursos, conduzido pelo CNAVES – Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior – com cerca de 12 anos de experiência acumulada em cada Universidade pública. Num e noutro caso os resultados são disponibilizados na rede e podem ser consultados sem restrições. Em complemento a estes dois processos, quisemos recentemente ascender a um novo patamar de exigência, propondo ao Governo uma reformulação profunda da fórmula de distribuição orçamental, para que a auditoria da qualidade nos seus vários aspectos tenha efectiva incidência em matéria tão sensível como o financiamento.

Sem risco de ser desmentido, afirmo com segurança que não existe nenhum outro sector da administração pública portuguesa onde a cultura da avaliação do desempenho esteja tão desenvolvida, faça já tão “parte da mobília” como acontece nas Universidades. Retomando uma linha de discurso que me é

frequente, quem nos dera a todos nós, portugueses, que a gestão das unidades hospitalares, ou do sistema judiciário, ou das obras públicas, ou do sistema fiscal, adoptassem práticas semelhantes de aferição de qualidade. Seria então possível melhorar a prestação dos nossos serviços públicos, evitando os actuais “poços sem fundo” do orçamento nacional, corrigindo o défice crónico do País e, já agora, alocando à educação os recursos necessários para levar à prática uma política consistente de desenvolvimento assente sobre a inovação, da qual os cidadãos profissionalmente competentes e culturalmente bem formados seriam, simultaneamente, os principais agentes e os maiores beneficiários.

Na esperança de que isso venha a acontecer um dia, noutros sectores, centremo-nos por agora no recente anúncio, pelo Governo, de novos desenvolvimentos que se preconizam para o processo de avaliação do sistema de ensino superior.

Considero que a autonomia universitária assenta sobre três pilares: a definição dos objectivos e missão, a atribuição de recursos compatíveis e a avaliação dos resultados. Missão, recursos e avaliação, coerentemente definidos e racionalmente articuladas são, pois, a base de sustentação do contrato social através do qual o Estado comete às universidades a responsabilidade de preparar, técnica e culturalmente, as sucessivas gerações de cidadãos. As maiores inconsistências e limitações da autonomia, tal como não me tenho cansado de repetir, resultam da falta de vontade ou de capacidade do Estado em decidir, o que só a ele lhe compete fazer, as regras e critérios de funcionamento do sistema e, nomeadamente, de formatar correctamente os três pilares sobre os quais ele

assenta. Dispensamo-me de dar exemplos que a todos nós ocorrem com profusão, mas sempre direi que atirar para a esfera da competição interinstitucional aquilo que deveria ser decidido em sede de regulação, tem sido um dos mais frequentes e perversos erros do Estado, que tem, como consequência inevitável, a concorrência desqualificada e o alinhamento por baixo. Ora, a iniciativa de dar um novo alento ao processo de avaliação, pelo que indicia de uma nova disposição do Estado em introduzir racionalidade e de não se alhear das suas responsabilidades, só pode ser considerada oportuna e é, portanto, bem-vinda.

Compete-me chamar a atenção para a necessidade de que o processo seja conduzido com total transparência, por pessoas independentes e competentes e de que todas as instituições, públicas ou privadas, universitárias ou politécnicas, sejam avaliadas. Isenção e universalidade são duas palavras-chave que interessa manter sempre presentes neste processo. Se assim acontecer, como todos esperamos que aconteça, o Governo poderá encontrar, nas conclusões do processo, argumentos para ultrapassar os tradicionais constrangimentos políticos que por vezes tolhem a sua acção e as universidades de referência verão reforçado o seu estatuto e a sua credibilidade. A Universidade de Coimbra já iniciou a preparação do processo de avaliação pela EUA (European University Association) e entrará em breve numa fase decisiva de acreditação pela ENQA (European Network for Quality Assessment) de quatro das suas licenciaturas – Matemática, História, Economia e Engenharia Informática – num trabalho pioneiro iniciado há cerca de um ano e que agora se revela em toda a sua importância e oportunidade.

4. Reorganização pedagógica e EEES

Numa mesma orientação de seriedade, a qual muito me agrada valorizar, referirei a entrada em vigor de uma nota mínima de acesso ao ensino superior (95 em 200) e a intenção de não aprovar a criação de novas Universidades. É preciso agora trabalhar na consolidação da oferta educativa, reduzindo drasticamente as designações das licenciaturas existentes, definindo as vias de acesso e a duração de cada uma, garantindo condições para a mobilidade e a internacionalização. Mas falar de tudo isto é referir as ideias-chave que levaram um grupo alargado de Países europeus a acordar a constituição do chamado Espaço Europeu do Ensino Superior. Na Universidade de Coimbra, a nova contabilização de créditos ECTS já está regulamentada pelo Senado e estamos a trabalhar para que o Suplemento ao Diploma possa ser passado à generalidade dos estudantes de licenciatura, a partir do próximo ano lectivo. Para este trabalho, a comunidade universitária ainda não está completamente mobilizada, quer por razões conjunturais de mera falta de disponibilidade, quer por reacção à mudança ou ainda porque teme que o processo de Bolonha acabe por abrir a porta à mercantilização da educação.

Se estou a ver bem o problema, os inconvenientes do envolvimento de Portugal no Processo de Bolonha são do mesmo tipo dos que, no plano económico e social, decorrem da nossa adesão à CEE, hoje União Europeia. É, com efeito, para nós, um tremendo desafio, que no campo económico e social está ainda longe de estar ganho, o de saber se vamos ou não conseguir racionalizar o nosso

sistema de ensino superior, para podermos acompanhar os melhores e contribuir para a construção da Europa do conhecimento. Mas tentar inflectir, neste momento, a opção que a Europa tomou por razões de afirmação no plano internacional relativamente aos Estados Unidos e ao Japão é, eventualmente, sobrevalorizar as nossas capacidades. E pretender que devemos estar fora desta estratégia, para além do paradoxo que consiste em tê-la assinado como co-fundadores do EEES e ter-lhe até dado o nome – estratégia de Lisboa – é posição que não resiste à imagem demolidora da aldeia de irreduzíveis gauleses – lusitanos na ocorrência, já que aos gauleses ficou a experiência que não querem repetir – e tem igualmente o travo vincado de um *déjà vu*, do *remake* de um filme a preto-e-branco, que já há vinte anos não foi nenhum êxito de bilheteira.

Resta-nos a opção de estar dentro e de fazermos, com seriedade, o nosso trabalho. Os exemplos recentes da Irlanda e da Finlândia mostram que o desafio não está, à partida, perdido. É, portanto, apenas uma questão de confiança em nós próprios.

É essencial que, sob o duplo signo da autonomia e da cumplicidade, cada um de nós tome consciência de que o espaço europeu de ensino superior não se reduz a um xadrez de graus académicos, a uma aritmética de créditos ou a um jogo de competências (mais ou menos claramente definidas ou definíveis), não devendo, pois, ser uma ideia feita, uma casa entregue *clef en main*, mas algo em progresso que requer o esforço, a participação, o contributo voluntário, consciente e entusiasta de todos nós.

Mas se não soubermos colocar no centro da nossa agenda, universidades, politécnicos, ordens e associações profissionais, governo e restantes agentes educativos, as questões substantivas para as quais o Processo de Bolonha nos convoca, enquanto a discussão se resumir ao 3-2-3 ou 4-1-3, tal como a tática do *Mister* num jogo de futebol, nunca o caminho para Bolonha poderá ser mais do que um conjunto de imposições burocrático-administrativas, às quais nos conformaremos apenas superficialmente, retocando a pintura e mexendo o menos possível no essencial. Se assim for, o resultado será negativo mas a responsabilidade não terá sido do processo de Bolonha, mas toda nossa.

As recentes alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo foram mais longe do que poderiam ir ao definir, no abstracto, durações, sem prévia clarificação das designações, disciplinas de acesso, objectivos e correspondentes conteúdos, e não tão longe como deveriam ter ido se, como seria razoável esperar, aquela reflexão a tivesse precedido e até, incorporado. Tal como se apresenta, ao obrigar cada Universidade a fixar a duração de cada um dos seus cursos, a Lei de Bases do Sistema Educativo é mais um factor de instabilidade e de desarticulação do sistema, mais um exemplo de desregulação da concorrência e de desresponsabilização do Estado em matéria da definição de política educativa. Neste momento, só a actuação concertada das Universidades poderá impedir que o resultado não seja uma manta de retalhos e temo que o CRUP não esteja em medida de assegurar essa concertação.

Pressinto, com efeito, em algumas Escolas, Faculdades ou mesmo Universidades, a incapacidade de conter por muito mais tempo o anúncio de um figurino de formatação dos cursos de 1º ciclo, antecipando-se ao trabalho que se está a procurar consensualizar ao nível do CRUP. Por falta de paciência ou por necessidade de provar capacidade de liderança seria, aliás, apenas a reposição da situação vivida em Setembro de 2003, quando várias Faculdades e até mesmo o Senado de uma Universidade tomaram decisões sobre propinas antes mesmo de o CRUP ter possibilidade de analisar a Lei que acabava de ser publicada.

Mas é ténue a diferença entre liderança e precipitação. Quando uma decisão abre portas e galvaniza os outros, isso é liderança. Quando, ao contrário, fecha caminhos de consenso e inibe contribuições válidas, isso é precipitação.

A Universidade de Coimbra não se precipitará. Se, como desejamos, for possível em tempo útil tomar, para cada curso, decisões concertadas com as outras Universidades de referência, é isso que faremos. Se tal não acontecer não será por nos termos precipitado em mostrar uma casa arrumada. Quando se fala do Sistema Educativo nacional, para arrumar a casa não basta que cada um se ocupe apenas do seu apartamento.

Tenho defendido que as medidas a tomar para consolidar a oferta educativa ao nível da graduação deveriam procurar conferir maior legibilidade ao sistema de escolha; evitar o recurso a designações apelativas e à facilitação do acesso, como factores de concorrência entre instituições; e permitir a organização da formação de 1º ciclo em cursos de banda larga, mas não em cursos preparatórios.

Igualmente preconizo que a concretização destes objectivos seja prosseguida através das seguintes acções:

1ª Racionalização da oferta

Diminuição significativa do número das designações actualmente existentes. Das actuais 825 deveríamos passar para um número próximo de 100.

2ª Relação biunívoca entre designação e conteúdo

Com uma margem sempre possível de diversificação da componente não nuclear de cada formação, cursos com um conteúdo nuclear semelhante devem ter a mesma designação e cursos com um conteúdo nuclear diferente devem ter designações diferentes.

3ª Universalidade do critério de acesso para uma dada formação

Os cursos com a mesma designação (e portanto com conteúdos idênticos) devem ter o mesmo critério de acesso.

4ª Universalidade da duração para uma dada formação

Os cursos com a mesma designação (e portanto com conteúdos idênticos) devem ter a mesma duração.

Nas decisões que seremos levados a tomar não devemos, ainda, deixar de ter em conta os seguintes dados do problema:

- São poucos os Países europeus que apresentam uma duração de estudos (desde o início da escolaridade obrigatória até ao final da primeira graduação universitária) inferior a dezasseis anos;

- O financiamento das instituições não foi, como repetidamente propus, desconectado da reorganização dos cursos no âmbito do processo de Bolonha. Resulta, evidentemente, que decisões que deveriam ser exclusivamente ditadas por considerações de natureza pedagógica e científica são permanentemente inquinadas por pressupostos de natureza económica. Ora, os actuais compromissos de financiamento abrangem, sempre, o primeiro ciclo (independentemente da sua duração) e o segundo, apenas se este for imprescindível para aceder à profissão;

Tomo igualmente por boa, a menos que entretanto haja informações em contrário, a orientação que o senhor Ministro me transmitiu, e com a qual concordo, de que o nível científico do segundo ciclo não deve ser diferente do do actual mestrado.

5. Organização do sistema

Estarão todos recordados de ter chamado, desde o primeiro momento, a atenção, para a importância da co-existência de dois tipos de ensino superior, com características bem definidas e diferenciadas, para a necessidade de clarificar os conceitos legais de ensino universitário e de ensino politécnico, e de pôr termo à actual deriva universitária dos Institutos Politécnicos. Como base desta minha convicção, dou como assente que o País precisa não só de quadros técnicos com formação universitária, mais conceptual e abrangente, mas também de outros com uma formação de pendor mais marcadamente profissionalizante, de

natureza politécnica; e que se tivermos uma amálgama de instituições a tentarem fazer as duas coisas não teremos nenhuma a fazê-las bem.

A questão que se coloca há vinte anos, que as Universidades erradamente desprezaram como coisa de outrem, e à qual urge dar resposta é a que instituições deve ser cometida a responsabilidade de dar formação de natureza politécnica. Três respostas são possíveis:

- Aos actuais Institutos Politécnicos, reservando para as universidades a formação de natureza universitária;

- A Universidades e Politécnicos que dariam indiferentemente os dois tipos de ensino.

- A um novo conjunto de instituições a criar.

A terceira é, obviamente, ridícula. Com uma rede já demasiado densa de instituições de ensino superior, não há justificação, nem haveria recursos, para criar um terceiro sub-sistema que faria aquilo que o segundo não quer, porque prefere fazer o que o primeiro já faz. Mesmo que fosse possível, que não é, ainda assim ficaria por garantir que dentro de alguns anos não viéssemos a ter o novo sub-sistema, também ele, a querer conferir os graus de Mestre e de Doutor.

Contra a segunda hipótese se pronunciou recentemente a OCDE, em avaliação ao sistema de ensino superior irlandês, contrariando a tendência igualitária que

estava a ser seguida, sob influência do vizinho inglês, ao que se julga, entretanto arrependido.

Resta encontrar um meio que permita a partilha equilibrada de responsabilidades entre universidades e politécnicos, de forma a que nenhum dos sub-sistemas se sinta subvalorizado e nenhum dos profissionais se sinta socialmente desconfortável ou discriminado. Preconizo, para esse efeito, a criação de Regiões Académicas formadas numa base regional por Universidades e Politécnicos, dotadas de capacidade de investimento para promover a racionalização e a transferência estudantil que, sem perda de identidade e de autonomia das instituições que nelas se incluem, decidam entre si a distribuição das responsabilidades de formação do ensino universitário, entregando-o às Universidades e do ensino politécnico, entregando-o aos Politécnicos.

6. Financiamento

6.1. Orçamento de funcionamento

Deixei claro, logo no início desta intervenção, que o ano lectivo 2005/2006 se vai desenrolar num quadro de grandes dificuldades orçamentais. Em matéria de preparação do Orçamento de Estado para 2006, e embora não se tenham repetido as trapalhadas de um passado recente, é forçoso constatar que, no que diz respeito ao orçamento de funcionamento, o resultado é igualmente mau.

Não tenho motivos para dizer que a Universidade de Coimbra tenha sido consciente e voluntariamente maltratada. Mal seria se assim fosse. Mas posso afirmar que teria sido possível ao Governo, mesmo com o limitado envelope orçamental de que dispunha para o Ensino Superior, terminar o exercício de distribuição orçamental para 2006 sem arriscar rupturas em algumas instituições. E que, se estava ao seu alcance evitá-lo, adoptando, por exemplo, os mecanismos de coesão que o CRUP incluía na proposta que preparou, aprovou, e apresentou formalmente, não se compreende que o não tenha feito. Em 2006, a Universidade de Coimbra suportará a maior diminuição de orçamento transferido que alguma instituição de ensino superior alguma vez suportou na história recente, com pelo menos dez anos, do ensino superior em Portugal: menos 2.6 milhões de euros em valores nominais, o que em termos de orçamento real significa uma erosão da ordem de 7 ou 8 milhões de euros num só ano. A prova de que há consciência de que alguma coisa não está bem é que, logo a seguir ao anúncio da distribuição, foi necessário sossegar o sector, do meu ponto de vista da pior maneira, seguindo uma fórmula iniciada por Durão Barroso em 2002: estejam descansados, porque em caso de ruptura nós acudimos. Não há processo mais eficaz de descredibilizar o modelo de financiamento, de pôr em causa o rigor das contas públicas e o equilíbrio orçamental.

Se as palavras têm ainda algum significado, e não podendo pôr em causa a boa-fé de quem assegura que acorrerá, *depois*, em nosso auxílio, menos compreendo que não se tenha agido *antes*, através de uma mais cautelosa distribuição de recursos.

Como sabem, trabalho sobre estas matérias desde 1998 e ser-me-ia fácil preparar, de hoje para amanhã, uma dúzia de fórmulas de distribuição do OE pelas Universidades, todas elas escorreitas e racionais, transparentes e sem erros, e conduzindo a resultados completamente diferentes. O que faltou este ano foi aquilo que nenhuma fórmula pode, por si só, garantir: o bom-senso, ou a vontade para compreender que um processo que conduz a uma diminuição tão significativa do orçamento de uma instituição (seja ela qual for), por muito correctas que estejam as contas, não pode ser adoptado.

A menos que sejam ainda encontradas outras vias de financiamento, por exemplo através de um Contrato-Programa que tenha em consideração as especificidades desta Universidade, vejo-me obrigado a constatar que continua a não haver em Lisboa sensibilidade para as compreender. Não é legítimo que nos obriguem a retirar ao orçamento para ensino e investigação aquilo que as outras Universidades não são obrigadas a retirar, para podermos suportar encargos que as outras Universidades não têm. Enquanto esta questão não for convenientemente resolvida em sede de orçamento transferido, não haverá, em Portugal, uma distribuição justa de recursos pelas Universidades públicas.

Idêntico padrão parece resultar de um novo mecanismo de financiamento preconizado pelo Governo para a Acção Social. Embora ainda não definitivamente adoptado, é a tal ponto nocivo dos interesses da Universidade de Coimbra que só pode merecer a nossa mais viva oposição. Acompanharei de

perto esta questão e tomarei em relação a ela as posições que me parecerem mais adequadas.

6.2. Investimento

As perspectivas sobre investimento são, felizmente, mais animadoras. Muito embora dotados com um orçamento de investimento três vezes inferior ao solicitado, mesmo assim ele é o mais alto de todas as instituições e superior ao dobro da que se situa em segundo lugar. Olhando à nossa volta e constatando o abrandamento generalizado do sector, não tenho dúvidas em considerar, dentro dos actuais condicionalismos, que obtivemos um bom orçamento de investimento. Complementado com os que provêm de várias outras fontes, que estamos finalmente a conseguir diversificar, o Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade poderá prosseguir em 2006 a um ritmo normal.

Os edifícios das Faculdades de Medicina e de Farmácia estão em construção. Os projectos dos edifícios das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação e de Ciências do Desporto e Educação Física serão concluídos em 2006.

A Universidade de Coimbra lidera uma rede nacional de investigação em imageologia cerebral funcional a ser financiada pela FCT, com sede em Coimbra no edifício do PET/CTNAS, a concluir no próximo ano e equipado com um acelerador de partículas ciclotrão de 19 MeV, único no País, e uma câmara PET. Esta unidade reforça o nosso compromisso com o desenvolvimento das ciências da saúde e da vida e será, a curto prazo, novo motivo de orgulho para todos nós.

No plano social, o Restaurante do Pólo das Ciências da Saúde estará a funcionar no início do próximo ano lectivo e já se iniciou a construção da nova Residência, com 270 camas. Há três dias foi aberto concurso para construção da Residência do Observatório Astronómico, esta com 12 pequenos apartamentos, a financiar com verbas do Fundo de Investimento. Em 2006 proceder-se-á à adaptação para Residência Universitária com cerca de 30 camas, do edifício, na Rua Antero de Quental, onde actualmente funciona a Imprensa da Universidade.

O mesmo Fundo está a co-financiar a Requalificação do Campo de Santa Cruz e a suportar a componente nacional da Requalificação da Casa das Caldeiras, bem como o regresso à sua antiga casa da Imprensa da Universidade, na Rua da Ilha, e o projecto de um Centro Aquático para o Estádio Universitário.

Na Alta prosseguem os trabalhos que permitirão concluir, no próximo ano, o projecto para instalação no Colégio da Trindade de um Tribunal Universitário Judiciário Europeu, projecto ao qual o Senhor Ministro da Justiça se quis associar. Do mesmo ministério temos a garantia de financiamento da Sede Nacional do Instituto Nacional de Medicina Legal, em terrenos do Pólo das Ciências da Saúde, com concurso lançado ainda este ano.

Com verbas do POC – Programa Operacional da Cultura, está a ser preparada, no Laboratório Chímico, a instalação da primeira fase do Museu da Ciência. O PIQTUR – Programa de Investimento na Qualificação do Turismo, acaba de aprovar o financiamento parcial do Parque de Estacionamento do Largo D. Dinis, sendo o auto-financiamento desta obra (25% do total) suportado em partes

iguais pela Universidade e pela Câmara Municipal. A este mesmo programa foram submetidos cinco outros projectos de requalificação de espaço público na Alta e de criação de infra-estruturas culturais, das quais destaco o Museu da Universidade.

A facilitação de acesso a fundos diversificados para intervenção na Alta Universitária tem directamente a ver com o grande projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a património da humanidade. O plano de gestão da candidatura está já concluído e aponta para um investimento global de 45 milhões de euros a concretizar nos próximos dez anos. Tenho agendada uma reunião com o Senhor Primeiro-Ministro para lhe apresentar esta proposta e o tentar mobilizar para este projecto de interesse nacional.

Em complemento das iniciativas da Universidade, saúdo a duplicação da capacidade de incubação do IPN, com a entrada em funcionamento de um novo edifício dentro de poucos meses, bem como a evolução do dossiê “Tecnopólo”, agora detido maioritariamente pela FCTUC e do dossiê “Instituto para as Tecnologias da Construção – ITC”, que agrega para cima de cinquenta associados e viu aprovada pelo Programa PRIME uma Ideia de Negócio que envolve um investimento de mais de 3 milhões de euros. A abertura em Cantanhede, em Setembro passado, do BIOCANT – Centro de Inovação em Biotecnologia, é uma outra aposta que a Universidade faz, desta vez através do CNC - Centro de Neurociências e Biologia Molecular, que prova uma imparável vontade e uma imbatível capacidade para se organizar em torno dos seus centros

de produção de conhecimento e de inovação, procurando na sociedade e nas empresas os parceiros privilegiados de que necessita para desenvolver os seus projectos e dispendo-se, sem preconceitos, a aprender com eles tal como se propõe ensinar-lhes.

Com vista à digitalização dos respectivos acervos, a Biblioteca Geral, o Arquivo e o Museu da Ciência prepararam candidaturas ganhadoras ao Programa Operacional da Cultura – que envolvem, no seu conjunto, investimentos superiores a um milhão de euros. Várias das nossas unidades de investigação viram aprovados projectos de reequipamento apresentados à FCT, que no seu conjunto ultrapassam dois milhões de euros.

A Administração tem promovido todos os anos, com financiamento pelo Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social - POEFDS e este ano candidato ao Programa Operacional para a Administração Pública - POAP, um vasto plano de formação de recursos humanos não docentes, ao qual tiveram ou vão ainda ter acesso, em 2005, cerca de metade do número total de funcionários da Universidade e envolve anualmente verbas da ordem dos 300 000 euros. Na área da gestão documental e da qualidade, a candidatura apresentada recentemente ao POAP ascende a 600 000 euros.

Mas o resultado mais notável, porque inesperado, do esforço para diversificação do investimento a que nos entregámos em 2005, veio de onde menos se esperava, do mecenato. O projecto da nova Biblioteca da Faculdade de Direito será, definitivamente, da autoria do Arquitecto Álvaro Siza Vieira e

integralmente suportado por donativos particulares à Fundação Rangel de Sampaio, graças à intervenção directa do Senhor Presidente da República. Só uma Universidade como a nossa teria sido capaz de congrega, em Portugal, o conjunto de boas vontades necessárias à concretização deste objectivo e só a intervenção generosa e persistente de Avelãs Nunes e de Gomes Canotilho permitiu conduzir com êxito toda a operação.

Ao contrário de anos anteriores, fiz desta vez uma enumeração mais exaustiva das acções empreendidas para melhorar as nossas condições físicas de desempenho, porque entendo que neste momento é para este aspecto que devo chamar a atenção. Em primeiro lugar porque, em termos de montantes globais mobilizados esta é, de longe, a área de investimento mais exigente. Em segundo lugar porque se está a preparar a opinião pública para a necessidade de descontinuar o chamado “ciclo do betão”, insistindo que devemos agora investir no humano e não no material e temo que, de tanto repetida, alguém leve a sério esta formulação simplista e demagógica e esqueça, que dotar as Universidades de boas condições materiais, é dar aos jovens a possibilidade de aceder a uma formação superior de qualidade, é investir, acima de tudo, na formação qualificada de recursos humanos. Em dois estudos conduzidos pelo CRUP, reportados a Abril de 2001 e a Outubro de 2005, este último ainda não divulgado, o índice de instalação da Universidade de Coimbra evolui, se considerarmos todas as obras já adjudicadas, de 41% para 61%. Estamos no bom caminho, mas precisamos de mais alguns anos de investimento.

PIDDAC, PRODEP, POCI, Fundo de Investimento, FCT, POC, PIQTUR, POS-Conhecimento, PRIME, POEFDS, POAP, mecenato, doze nomes de outras tantas Fontes de Investimento, são vértices de uma política de diversificação de recursos que está a permitir concretizar vários projectos estratégicos da Universidade. O tempo em que, únicos, nos bastava reclamar apoios, já lá vai. Estalar os dedos já não basta para que o poder político acorra, solícito, em nossa ajuda e não raro caímos na tentação, de todo ineficaz e contraproducente, de invocar razões do passado à falta de projectos de futuro. Demorámos muito tempo, em Coimbra, a reagir às profundas alterações de relação de poderes que decorreram do 25 de Abril e deixámo-nos atrasar relativamente a outros, em tempos de conjuntura económica muitíssimo mais favorável. A viragem do século trouxe-nos os primeiros resultados de uma nova estratégia e com eles começámos a compreender, e já não era sem tempo, que temos tudo o que precisamos para ganhar o jogo: bastará tão-só que o joguemos. E é isso que estamos a fazer.

Os exemplos que vos apresento dos diversificados apoios que obtivemos não escondem as dificuldades que todos sabemos existirem neste campo. Têm apenas o objectivo de mostrar as novas vias de enquadramento pelas quais tem que passar qualquer estratégia activa que vise manter e reforçar o papel de liderança da nossa Universidade no contexto nacional e a sua projecção além fronteiras.

Se a Universidade de Coimbra se limitasse, hoje, a gerir o que lhe chega do Estado via Orçamento transferido, a carpir as suas mágoas e a zurzir os

governantes pela sua política, não poderia fazer mais nada senão vangloriar-se, em circuito fechado, pelas suas glórias do passado, e ainda assim com crescentes dificuldades porque até isso é caro, e para pagar mensalmente, *tant bien que mal*, os vencimentos aos seus funcionários, que teriam que diminuir em número por cada ano que passa. Não contem comigo para tão pouco.

7. Universidade de Investigação

Porque não podemos ambicionar a menos do que estar entre os melhores. E porque os diversos indicadores nos permitem ser optimistas.

A qualidade da investigação que fazemos foi, justamente, durante o ano, profusamente reconhecida. Dos sessenta Professores e Investigadores da nossa Universidade distinguidos este ano com vários e prestigiados prémios, entre os quais catorze Prémios de Estímulo à Excelência da FCT, e sete Prémios Gulbenkian de Estímulo à Investigação, eles próprios cabeças de equipas constituídas por numerosos jovens investigadores que são a garantia do nosso futuro e cujos méritos muito gostaria de personalizar nesta ocasião, referirei apenas, pedindo que se sintam todos incluídos nesta única referência, a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira que foi neste período agraciada pelo Senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, a maior condecoração civil a que um português pode aspirar, tendo ainda sido distinguida com o Prémio Eduardo Lourenço, atribuído pelo Centro

de Estudos Ibéricos como reconhecimento pelo trabalho realizado em prol da língua portuguesa ou espanhola, e com o Prémio *Educator of the Year*, atribuído pelo Centro Internacional Biográfico de Cambridge, pelo contributo extraordinário dado ao estudo das línguas clássicas. Não o fazem senão por amor ao conhecimento, não esperam nada em troca, e por isso merecem os mais rasgados elogios e a mais elevada consideração.

8. Notas Finais

Não posso deixar de vos chamar a atenção para o extraordinário conjunto de iniciativas culturais e científicas organizadas por docentes, estudantes e funcionários, no âmbito da Reitoria, das unidades orgânicas, dos Serviços e da AAC e de vos convidar, em particular, para a VIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra, a realizar entre 1 e 11 de Março de 2006, desta vez em torno do tema “De Mar a Mar”. E para a exposição e série de cinco debates no âmbito do projecto “10 livros que mudaram o Mundo”, a partir do próximo dia 7, até Junho de 2006. E ainda para a próxima apresentação a Senado, provavelmente em Janeiro, de uma proposta que visa desenvolver o Estudo das Artes na Universidade de Coimbra.

9. Agradecimentos

O resultado do nosso trabalho resulta, assim, da confluência de múltiplas colaborações, do labor incansável e da dedicação sem limites de todos quantos constituem a nossa comunidade.

Quero aqui deixar uma palavra de reconhecimento a todos quantos dão corpo a este projecto comum; em particular à Senhora e aos Senhores Vice-Reitores (Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e João Carlos Marques), com quem tenho directamente partilhado as minhas responsabilidades, os mais vibrantes e os mais difíceis momentos deste percurso, e aos Senhores Pró-Reitores (Doutores Raimundo Mendes da Silva, João Gouveia Monteiro, Pedro Manuel Saraiva, Fernando Guerra e Francisco Veiga), pela competência e dedicação com que têm acompanhado os dossiês que estão sob sua directa responsabilidade; também aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas que detêm a enorme responsabilidade de dirigir as casas onde efectivamente se desenrola a actividade universitária; igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Senhores Directores e responsáveis de serviços. Agradeço-vos a todos, o saberem compreender e compensar as minhas insuficiências e incapacidades.

Aos docentes, estudantes e funcionários que compõem a nossa comunidade universitária, é com muito apreço que vos incluo a todos neste abraço, que simboliza o compromisso que temos com a instituição à qual dedicamos a nossa vida profissional. Fico-vos a dever o imenso orgulho que sinto por ser Reitor de uma Universidade que vos tem a todos como membros.

10. Epílogo

Caros colegas,

Senhoras e Senhores

Não somos nós que escolhemos o tempo mas sim, em boa medida ele que nos escolhe a nós. Já existia quando chegámos e por cá ficará, apenas, talvez, um pouco diferente, quando a próxima geração substituir a nossa. Talvez por isso, desde que o homem é homem, sempre lamentou o tempo em que lhe é dado viver, deixando claro desse lamento que a sua preferência vai mais para o tempo do que já foi e não tanto para o tempo do que ainda será.

Duplo engano.

Como não entender que o recente encontro, na nossa Biblioteca Geral, de Einstein e de Cervantes é demasiado significativo para ser fortuito?

Que melhor tempo do que o presente para reunir duas figuras míticas do espírito moderno, o criador de um novo mundo e o inventor de uma nova cosmologia?

E que importa se o nosso tempo é melhor ou pior do que outros, se é ele o nosso e não outro, ou de outros? Vivemos com ele uma relação definitivamente exclusiva. Podemos vivê-la lamentando-o e lamentando-nos, ou transformando-o, transformando-nos ao transformá-lo. Mas lamentá-lo é perder tempo e o tempo não costuma perdoar a quem o perde.

Tentar intervir sobre as circunstâncias do tempo. Em alguns casos, até, talvez, conseguir modificá-las. Definir objectivos e ir resolvendo questões concretas,

umas atrás das outras, de acordo com o rumo traçado, até que um conjunto consistente de problemas resolvidos de uma forma coerente tenha o significado e a dimensão da uma grande reforma. E de outra. E de outra ainda.

Em breves palavras se enuncia o nosso desafio e a nossa determinação: entregar-nos ao futuro com o empenho e a improvável convicção, de quem faz por acreditar que cada um dos seus pequenos passos também é, porque acompanhado de muitos outros que o tornaram possível, como o primeiro de Neil Armstrong na Lua, um salto gigantesco para toda a Humanidade.

Paço das Escolas, 2 de Dezembro de 2005

Fernando Seabra Santos

Reitor